

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 1998 N.º 17

HOMENAGEM AO DOUTOR J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA



DESENVOLVIMENTO E GEOGRAFIA: UMA SINOPSE SOBRE O COMPROMISSO SOCIAL EM FUNÇÃO DOS VALORES

Luís Moreno*

O FERMENTO HISTÓRICO DE UM CONCEITO REVOLUCIONÁRIO

A actual concepção de “desenvolvimento”, que se associa à noção de “progresso” mais difundida no mundo ocidental, parece remontar aos séculos XVII e XVIII, com o advento das ideias iluministas na Inglaterra (John Locke, Newton) e Holanda, depois noutros países europeus. Embora venha na sequência de pensamentos filosóficos e políticos com origem no humanismo renascentista e na Reforma protestante (oposição aos valores de predestinação e de um imobilismo ditado por princípios de coesão social fixados pela religião)¹, difunde-se desde o século XVIII em associação com o movimento ideológico de promoção do liberalismo e de afirmação dos valores do individualismo e do progresso material (fomentado pela Revolução Industrial). A influência dos enciclopedistas (ex.: Diderot) foi relevante e teve continuidade no pensamento evolucionista dos séculos XVIII e XIX (ex.: Lamarck e Darwin). Tratou-se de um contexto em que se difundiu o experimentalismo, a valorização da ciência e da educação. As disponibilidades económicas de uma elite educada e em expansão – propiciadas pela apropriação selectiva de recursos com a industrialização e com a exploração colonial – permitem uma afirmação europeia e depois americana nesse domínio.

PERTINÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA NOS TEMPOS MODERNOS

A geografia hodierna não foi excepção, no referido contexto, fruto da preocupação do naturalista e viajante A. von Humboldt e do discípulo C. Ritter em conhecer, sistematizar e difundir, mas também de outros que procuravam igualmente responder à necessidade económica e política de apropriar (conhecer e dominar) os “novos” territórios, fontes de recursos para o processo tomado como “de valorização das nações” europeias.

Desta forma, o papel da geografia nunca deixou de ser também essencial nos diferentes sistemas educativos

(juntamente com as outras disciplinas de valorização cultural), como instrumento do poder (económico, político) que contribui para a configuração ideológica dos indivíduos, como é o caso da consciencialização de *pertença* e de *domínio territorial*. Sublinha-se aqui o que foi a afirmação do Estado-nação e o permanente fomento do potencial de mobilização (capacitação) das pessoas para desígnios diversos inerentes ao sistema em que se inserem (cf., por ex., LACOSTE, 1976).

A GRANDE DIFUSÃO DA CONCEPÇÃO SUBDESENVOLVIDA DE DESENVOLVIMENTO

De forma generalizada ao longo de todo o processo de industrialização – intensificação desigual da actividade humana que agigantou as concentrações e desguarneceu áreas tornadas periféricas ou marginais aos eixos de crescimento – prevaleceram os valores positivistas e utilitaristas. Estes são coerentes com a crença optimista no progresso técnico e científico como solução suficiente para os problemas do mundo (cientismo e tecnicismo), nomeadamente o profundo e crescente desnivelamento na distribuição de riqueza e de competências, bem como o avolumar das externalidades negativas do crescimento. As revoluções na automatização e na gestão, permitindo a massificação da produção e do consumo, propiciaram uma interpretação geral de “exemplaridade” de um modelo de crescimento linear. Teorias surgiram a justificá-lo, sugerindo que os países mais pobres apenas teriam o seu processo de “modernização” em atraso ou que o crescimento económico se “difundiria naturalmente” para as áreas “atrasadas” (cf. BROWETT, 1980). Tal como a economia, também a sociologia e a psicologia social, influenciando a geografia (especialmente no pós-guerra) foram instrumentalizadas no sentido do controlo social e a modelização da realidade. O planeamento do desenvolvimento afirmava-se nas políticas de “desenvolvimento regional”, formas impostas de cima para baixo de estruturar a economia, a sociedade e o território. Com efeito, embora o imperativo do neopositivismo

* Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.

¹ Deve notar-se, a propósito, que “desenvolvimento” – da composição “des + envolver” – manteve a polissemia de “envolver” (do latim *involvere*, fazer rolar até baixo, fazer cair a rolar, enrolar, envolver). Por um lado, este termo denota a ideia de “movimento potencialmente destrutivo”; por outro, permite um levantamento semântico diverso: formar novo /

/ confundir ou tapar / cobrir. Assim, o sentido etimológico de “desenvolver” (oposto a “envolver”) poderá ser de desenrolar, esclarecer, destapar, descobrir (oposição ao obscurantismo), mas também de “anular um movimento potencialmente destrutivo”. Uma ilustração metafórica do conceito pode ser conseguida fazendo-o corresponder ao processo de transição entre uma semente (que se descobre, ao germinar) e o ser vivo em que ela se transforma, após efectuar certas trocas e interacções com o meio.

afirmasse a “neutralidade”, o distanciamento apenas servia aos que queriam a organização do crescimento segundo o modelo de “racionalidade”² adoptado – os detentores do poder.

AS CONTESTAÇÕES QUE NÃO “BELISCARAM” A PASSIVIDADE DOS FAVORECIDOS.

As contestações ao referido modelo eram minoritárias enquanto houve suficiente excedente da riqueza produzida para satisfazer os mais reivindicativos. Até meados dos anos 60, as teorias da dependência (P. Sweezy, P. Baran, etc.), principal eixo de expressão de autores marxistas e neomarxistas, com abordagens estruturalistas, não podiam oferecer mais que uma abordagem tomada como pessimista. A teoria anarquista³ apresenta-se demasiado subversiva ao pôr em causa uma “sociedade do ter” e só vem a reflectir-se em autores influentes com o aproximar do decénio de 70 e deste em diante (ex. SCHUMACHER, 1973).

O progresso técnico foi muito mais rápido que a necessária valorização cultural para tirar um proveito harmonioso do mesmo. A elitização não negava a massificação da instrução, mas esta opunha-se a uma educação particularmente incidente em valores para uma “sociedade do ser” (... consciente, crítico, tolerante, solidário, emancipado, flexível, etc.). Pelo contrário, o keynesianismo e as burocracias estatais colocavam as condições de rigidez e “paternalismo” social que se adequavam à expansão do assalariado e à permanência de uma cultura assistencialista, de dependência. Verificava-se um paralelismo (“infantilização” dos dominados) nas relações internacionais, em que as atitudes e práticas (neo)colonialistas impediam verdadeiras autonomias e mantinham os contrastes que sustentavam o sistema de “distribuição” da riqueza.

EMPOWERMENT, OU “COMO OS PROBLEMAS DOS POBRES JÁ INTERESSAM A TODOS”

No entanto, os fenómenos localizados de valorização social induzidos pela riqueza produzida e por formas particulares de reacção a crises alimentaram as condições de ruptura do sistema. Para além dos movimentos ideológicos

² Próprio da economia (tanto positiva como normativa) e a sua plausibilidade é, de facto, construída em torno da teoria da racionalidade. Esta é tão expressiva e normativa como a moralidade, e qualquer delas apresenta concepções diferenciadas conforme se apresente como convencional ou alternativa (cf. HAUSMAN e McPHERSON, 1996). De forma ilustrativa: «Quando nós dizemos que é racional para os indivíduos ter cuidados de saúde, nós estamos a exprimir a aprovação de o fazer e a sugerir que as pessoas devem ter garantidos os cuidados de saúde. De forma análoga, caracterizar uma escolha como irracional (ou imoral) é condená-la e não apenas descrevê-la» (idem, 25)

³ Que foi, inclusivamente, alimentada por dois geógrafos eminentes, nos finais do século XIX, mas com influências posteriores: Elisée Reclus e Pyotr A. Kropotkin. Para ambos, a «obra geográfica fazia parte da sua prática de anarquia (...)» (UNWIN, 1992, 89).

e políticos mais ou menos apoiados pelo poder soviético (mais tarde também pelo chinês), com repercussão nos diálogos e negociações geopolíticas mundiais, várias experiências surgidas para combater a crise dos anos 30, com recurso ao “factor humano” – com destaque para o “desenvolvimento comunitário” – foram também formas inovadoras e alternativas de contribuição para o ordenamento⁴. A sucessão de outros exemplos propiciou um “rastilho” encajado de ideias políticas “subversivas”, com efeitos numa mudança global que pôs em causa os valores da modernidade: 1) a experiência israelita das aldeias comunitárias e de diversas formas cooperativas; 2) a transposição das “técnicas sociais” baseadas no “autocentramento” para minorar os efeitos da exploração e das formas sobranceiras de “auxílio” às colónias e pós-colónias (Índia, Gana, etc.); 3) os efeitos induzidos pelas “lições da 2ª G. Guerra”, pela política de blocos, pela acção da ONU e de outras organizações (independências; *feedback* das contradições existentes); 4) a pluralização da informação e a consciencialização crescente e generalizada por via dos *mass media*; 5) as desilusões associadas à Guerra do Vietname; 6) a influência papal de João XXIII e do concílio Vaticano II; 7) a emergência do pensamento ecologista e ambientalista (ex. Clube de Roma); 8) o movimento de “Maio de 68” e outros de reivindicação dos direitos civis; 9) o fiasco da “Revolução Verde”...

A competitividade crescente dos Novos Países Industrializados, o empolamento ameaçador de vários tipos de pobreza (com implicações em guerrilhas, criminalidade, instabilidade social) e os saltos nos custos das matérias-primas e energia (anos 70 e 80) “faz lembrar” a todos que o stress ambiental é excessivo, que certos funcionamentos económicos e políticos não cumprem os objectivos, que o planeamento existente não satisfaz (ineficiência geral). Assim, as diferentes formas de descentralização são cedências de poder (logo, transmissão e/ou partilha de responsabilidades) para comprometer os actores mais reivindicativos nas reestruturações necessárias.

DA CRISE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS À ASSUNÇÃO DO COMPROMETIMENTO POLÍTICO

A. (Ir)realidade e representação do desenvolvimento

O fenómeno de ascensão da ideia de “co-responsabilidade individual” em todas as questões sociais é também a tomada de consciência das fortes limitações da ciência em questões de desenvolvimento (humano, social, económico, territorial). Desta forma, a perda de confiança nos valores (neo)positivistas reflecte a falha destes em abarcar a multidimensionalidade inerente ao conceito de desenvolvimen-

⁴ Caso do plano de ordenamento do Vale do Tennessee (TVA, USA), em 1933. Sobre este e outros exemplos de formas pioneiras de aplicação da “educação social activa” para a emancipação comunitária, cf., por ex., BIDDLE *et al.* (1967).

to, reivindicado como o processo de desdobramento das potencialidades criadoras de uma sociedade (cf. SMITH, 1977), que passa pela justiça social (SMITH, 1994; KOLM, 1996). Ou seja, o isolamento do cientista passou a ser visto como o afastamento da realidade, dos problemas sociais, pela sua falta de participação, incluindo o facto de rejeitar a incidência nos aspectos qualitativos e a “linguagem em que as tensões e as necessidades se exprimem”: a dos valores (CLAVAL, 1973, p. 136).

Estes aspectos foram alvo de intensa discussão nos anos 60 e a geografia não escapou à polémica. As próprias geografias da percepção e do comportamento, formas evolutivas do neopositivismo, já punham em causa a capacidade de representação da ciência e dos modelos⁵, o que foi aproveitado por autores da geografia radical para desenvolver a crítica às bases do próprio conhecimento geográfico e da sua utilidade social. Aliás, David Harvey e William Bunge são talvez os casos mais conhecidos de autores que trocaram o paradigma funcionalista e os interesses da tecnocracia nos anos 60 por uma geografia (e mesmo acção) comprometida com a mudança social alguns anos depois (cf. RACINE, 1976). Os trabalhos de BUTTIMER *et al.* (1969) e BUTTIMER (1974), são exemplos de outra abordagem crítica (humanística), demonstrando a necessidade de assumir a humildade de aceitar as contribuições das diversas disciplinas para a prática da geografia (interdisciplinaridade), na medida em que esta tem o seu papel essencial na formação da consciência crítica dos cidadãos (para a acção consciente e criativa), ao possibilitar uma permanente (re)interpretação do meio e do contexto em que vivem.

B. Suscitar a multiparticipação no desenvolvimento: função social da geografia

Contra a lógica linear do modernismo, todo o processo de o repensar, em múltiplas perspectivas, dá lugar a um certo relativismo ou a uma tolerância sistemática mas crítica. Num mundo em que a mobilidade do capital obriga a reequacionar permanentemente a colocação relativa de pessoas e lugares, face a necessidades e valores adquiridos (domínios do material e do imaterial), a manifestação da diversidade (económica, ambiental, cultural, intelectual, etc.) surge como uma consequência do empenho dos agentes que reagem à especialização tendencial do modernismo, o que só pode ser conseguido recorrendo à dimensão política⁶, a da argumentação, luta e/ou negociação para a

afirmação de direitos e de posições. O próprio antropocentrismo contido na visão moderna é discutido em termos de perspectivas de desenvolvimento, o que leva à concepção de uma pós-racionalidade, no contexto de pós-modernismo⁷ que tem vindo a ser exposto, na qual a clássica “objectividade” deixa de poder fazer sentido (cf. UNWIN, 1992).

Assim, qualquer tentativa de construção de uma “objectividade” terá de passar pelo reconhecimento da contextualidade do conhecimento – também conhecido por “situacionismo”⁸ – e pelo respeito pelas contribuições de todas as ópticas incidentes num fenómeno que se quer analisar “cientificamente”. Porém, como nem sempre é possível a conciliação de perspectivas, há que manter um diálogo plural entre elas, um “forum transdisciplinar de ‘razões constituintes’” (cf. MORENO *et al.*, 1997). Claro que esta abordagem de “diálogo *a fortiori*” reflecte os actuais valores de tolerância, num contexto sócio-político e cultural de aprofundamento da democracia, vivido pelo autor (não necessariamente por geógrafos de outras áreas do mundo), em que a multiparticipação científica – expressa em todos os encontros onde a interdisciplinaridade é requerida (caso evidente dos sistemas de educação e de planeamento) – é uma pequena expressão da concorrência mais geral das diferentes forças sociais para a realização dos objectivos de desenvolvimento inscritos pelos poderes instituídos e sucessivamente investigados (se possível, por via da investigação prática⁹) pelos cidadãos intervenientes na vida pública. Nesse sentido, a “cultura de avaliação” (e inerente aplicação de valores) afirmada como desejável por responsáveis políticos, não pode deixar de ser também uma “cultura de aprendizagem” (social), desiderato de simultânea emancipação e responsabilização dos indivíduos – em que a geografia tem de ter um papel essencial – no processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARNES, T. and GREGORY, D. (eds) (1997) – *Reading Human Geography: the Poetics and Politics of Inquiry*. London, Arnold, 520 p.
- BENKO, G. and STROMAYER, U. (1997) – *Space and social theory: interpreting modernity and postmodernity*. Blackwell Publishers, 400 p.
- BIDDLE, William *et al.* (1967) – *Desenvolvimento da Comunidade: a redescoberta da iniciativa local*. Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 316 p.

⁵ A aceitação corrente do mundo observado mais ou menos como é percebido remete para o problema da representação (cf., por ex., HENRIQUES, 1996), que se pode resumir grosseiramente nos seguintes termos: a leitura da realidade é sempre o resultado de uma percepção, logo do filtro cultural e teórico que estrutura cada subjectividade. A de um monge medieval será certamente totalmente diferente da de um geógrafo moderno dedicado a estudos de interacção espacial, mas a deste não será igual à de um actual orientado para a compreensão das condições de desenvolvimento local numa dada região, por exemplo.

⁶ Sobre a discussão do carácter (a)político da investigação cf., por ex., HAMMERSLEY (1995)

⁷ Este conceito polémico, que para vários autores se refere a um aprofundamento do modernismo (retoma dos aspectos vantajosos deste mas procurando superar as suas limitações) merece consulta em bibliografia própria. Na sua relação com a ciência geográfica cf., por ex., BENKO e STROMAYER (1997).

⁸ Sobre a noção de “situacionismo” e as suas ligações epistemológicas, na óptica de diferentes autores cf., por ex., BARNES e GREGORY, 1997.

⁹ Investigação-acção ou investigação participativa (cf. QUINTANA, 1986; ESTEVES, 1986)

- BROWETT, John (1980) – “Development, the diffusionist paradigm and Geography”. *Progress in Human Geography*, London, 4 (1) Mars 1980, pp. 57-79.
- BUTTNER, A. (1974) – “Values in Geography”. *Progress in Human Geography*, Vol. 20 (4), pp. 513-520.
- BUTTNER, A. *et al.* (1968) – “Social space in interdisciplinary perspective”. *Geographical Review*, vol. 59, pp. 417-426.
- ESTEVES, António J. (1986) – “A investigação-acção”. In: PINTO, J. Madureira e SILVA, A. Santos (orgs.) – *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Edições Afrontamento, Capítulo X.
- HAMMERSLEY, Martyn (1995) – *The politics of social research*. SAGE Publ., London.
- HAUSMAN, D. M. and MCPHERSON, M. S. (1996) – *Economic analysis and moral philosophy*. Cambridge Surveys of Economic Literature, Cambridge University Press, 249 p.
- HENRIQUES, Eduardo B. (1996) – “A problemática da representação no pensamento geográfico contemporâneo”. *Inforgeo*, nº 11, pp. 43-53
- KOLM, Serge-Christophe (1996) – *Modern theories of Justice*. The MIT Press, 525 p.
- LACOSTE, Yves (1976) – *A geografia serve antes de mais para fazer a guerra*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, 149 p.
- MORENO, L. e MORENO, M. R. (1997) – “Orientações recentes de uma geografia social: o desenvolvimento local em questão”, *III Congresso da Geografia Portuguesa*, Porto, *Inforgeo*, nº 12, Lisboa, APG (no prelo).
- QUINTANA, J. M. (coord.) (1986) – *Investigación participativa, educación de adultos*. Narcea S.A. de Ediciones, Madrid.
- RACINE, J. B. (1976) – “De la géographie théorique à la révolution: W Bunge”. *Herodote*, nº 4, pp. 79-90
- SCHUMACHER, Ernst F. (1973) – *Small is Beautiful – Um estudo de economia em que as pessoas também contam*. Publicações D.Quixote, Lisboa, 1985.
- SMITH, David M. (1977) – *Geografia Humana*. Oikos-tau, Barcelona, 1980 (trad. do orig. *Human Geography: a welfare approach*, 1977).
- SMITH, David M. (1994) – *Geography and social justice: social justice in a changing world*. Oxford, Blackwell Publishers, 344 p.
- UNWIN, Tim (1992) – *The place of geography*. Longman Group Limited, 1996, 273 p.